

# PAPÉIS, TRAVESSIAS E (RE) CONSTRUÇÕES: O PPPEI E O POVO INDÍGENA XUCURU-KARIRI DA BAHIA

Antonio José Sátiro do Nascimento Filho/Antonio Xucuru<sup>1</sup>

Aissa Cavalcante Lisboa<sup>2</sup>

Paulo Alfredo Martins Rocha<sup>3</sup>

## RESUMO:

Os desejos e as necessidades dos povos originários por uma Educação Escolar Indígena específica florescem dos múltiplos reavivamentos e retomadas empreendidas pelo movimento indígena e se firmam como demanda progressiva a partir dos avanços legais previstos na Constituição de 1988. Nesse sentido, a construção e a gestão democrática do Projeto Político Pedagógico Escolar Indígena – PPPEI se configuram enquanto ações afirmativas de inclusão social, acompanhadas da assunção de responsabilidades no que diz respeito à aplicabilidade de políticas públicas que assegurem aos povos indígenas seu direito a alteridade cultural e a uma educação contracolonial. Propondo o diálogo intercultural, em harmonia com o espaço da LICEEI, essa pesquisa buscou instituir espaço de reconhecimento e valorização dos saberes ancestrais, apresentando como objetivo nucleador analisar o processo de construção do PPPEI do Povo Xucuru-Kariri da Bahia. Para elucidação da pesquisa, elegemos abordagem qualitativa, de caráter exploratório e como procedimento metodológico, desenvolvemos a revisão bibliográfica e documental. A (re)construção processual do PPPEI do povo Xucuru-Kariri da Bahia, vem sendo desenvolvida de forma coletiva e contextualizada, exercendo impacto social, se configurando enquanto instrumento político, fundado a partir da ação - reflexão - ação enquanto premissa do fazer ser pedagógico diferenciado, intercultural e específico.

**Palavras-Chave:** Educação Escolar Indígena. PPPEI. Xucuru-Kariri da Bahia. Povos Originários. LICEEI.

## ABSTRACT:

The desires and needs of indigenous peoples for a specific Indigenous School Education emerge from the multiple revivals and reclamations undertaken by the indigenous movement and are established as a progressive demand based on the legal advances provided for in the 1988 Constitution. In this sense, the construction and democratic management of the PPPEI are configured as affirmative actions of social inclusion, accompanied by the assumption of responsibilities regarding the

---

<sup>1</sup> Indígena Xucuru- Kariri, Professor e Gestor Escolar Indígena, vinculado ao Colégio Estadual Indígena. Licenciado em Pedagogia Intercultural Indígena pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB. Liderança Xucuru- Kariri. Pesquisador do Centro de Pesquisas em Etnicidades, Movimentos Sociais e Educação Opará UNEB. E-mail: [araryrupenacho@gmail.com](mailto:araryrupenacho@gmail.com)

<sup>2</sup> Docente na Universidade do Estado da Bahia - UNEB, Campus XIII. Mestra em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação de Jovens e Adultos – UNEB. Pesquisadora no Opará/UNEB: Centro de Pesquisas em Etnicidades, Movimentos Sociais e Educação, FORPEC/UNEB: Grupo de Pesquisa em Formação de Professores, Educação e Contemporaneidade, e InterGesto/UNEB: Grupo de pesquisa em Interculturalidades, Gestão da Educação e Trabalho. E-mail: [alisboa@uneb.br](mailto:alisboa@uneb.br)

<sup>3</sup> Docente na Universidade do Estado da Bahia - UNEB, Campus I. Doutorando e Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental – UNEB. Pesquisador no Opará/UNEB: Centro de Pesquisas em Etnicidades, Movimentos Sociais e Educação, FORPEC/UNEB: Grupo de Pesquisa em Formação de Professores, Educação e Contemporaneidade e no Grupo de Estudos em Etnobiologia e Conservação dos Recursos Naturais – UNEB. Atualmente é Diretor da Associação Nacional de Ações Indigenistas – ANAI. E-mail: [parocha@uneb.br](mailto:parocha@uneb.br)

applicability of public policies that ensure indigenous peoples' right to cultural alterity and a counter-colonial education. Proposing intercultural dialogue in harmony with the LICEEI space, this research sought to establish a space for the recognition and appreciation of indigenous knowledge, presenting as its core objective the analysis of the construction process of the Indigenous School Political Pedagogical Project of the Xucuru-Kariri People - Bahia. To elucidate the research, we chose a qualitative, exploratory approach and, as a methodological procedure, developed a bibliographic and documentary review. The permanent (re)construction of the PPPEI of the Xucuru-Kariri people of Bahia has been developed in a collective and contextualized manner, exerting social impact, configuring itself as a political instrument founded on action - reflection - action as a premise of differentiated, intercultural, and specific pedagogical practice.

**Keywords:** Indigenous School Education. PPPEI. Xucuru-Kariri of Bahia. Indigenous Peoples. LICEEI.

## NOTAS INTRODUTÓRIAS

Entre papéis, travessias e (re) construções, como título, guarda ao mesmo tempo sentido denotativo e conotativo. Papéis enquanto funções e também documentos. Travessias como percursos, trajetórias e também atravessamentos. (Re) construções como o ato concretizar ao passo em que também desconstruir, ressignificar, retomar. Esse texto trata dos processos e também das pessoas que os tornam possíveis. Do resultado material da ação e também das humanidades de quem o gerou. De um lado entendemos os papéis enquanto documentos que norteiam e refletem os posicionamentos da escola e suas interfaces com as demandas sociais, políticas, legais e culturais – o Projeto Político Pedagógico da Escola Indígena - do outro lado, mas não separado, pelo contrário, entrelaçado, emaranhado como um croá, os papéis sociais e institucionais,

o papel vivo e proativo do povo Xucuru-Kariri da Bahia e o papel sócio-político da Escola Indígena, sua função e seus desafios frente às demandas constantes do contexto atual.

Esses múltiplos papéis integram o Projeto Político Pedagógico da Escola Indígena – PPPEI, em processos de construções e reconstruções, como ressalta Silva (2003), definindo o PPP enquanto um documento que pressupõe relações de interdependência e reciprocidade entre dois polos, elaborados coletivamente pelos sujeitos da escola e que aglutina os pensamentos políticos e filosóficos em que a comunidade acredita e os quais deseja praticar, definindo os valores humanitários, princípios e comportamentos como adequados para a convivência humana e, sinalizando os indicadores de uma boa formação, que qualifica as funções sociais e históricas que

são de responsabilidade da escola (SILVA, 2003, p. 296).

Mas, por que construir o Projeto Político Pedagógico? Quem quer apenas manter a estrutura e a cultura escolar intacta não necessita de projeto e muito menos de um projeto político pedagógico. Quem precisa de projeto é quem tem algo a construir que seja diferente da mera manutenção do *status quo*. Precisa de projeto quem quer inferir nas práticas escolares e para isso precisa saber onde quer chegar e onde está.

Imbuídos nesse processo construtivo, no escopo das faces étnicas, das marcas históricas e dos processos de negação dos povos originários, afetados pelas mãos dos colonizadores de outrora e dos neocolonialistas de agora, reconhece-se a urgência em pensar intencionalmente, planejar e executar um projeto de futuro, e esse projeto, perpassa, necessariamente, pela escola, pelo povo e pelo PPPEI. Santos e Meneses (2010) fundamentam que através de uma revisitação e de um repensar as relações interculturais e interepistemológicas se oportunizará a redescoberta do que foi marginalizado, silenciado e ocultado, contribuindo para a descolonização do saber e do ser.

Santos (2023), encantado e reconhecido como Nego Bispo, corrobora com o conceito de contracolonialismo, sinalizando que o grande debate hoje é o debate decolonial, compreendendo como a depressão do colonialismo, a sua deterioração, decomposição. Para Nego Bispo, o contracolonialismo é simples,

[...] é você querer me colonizar e eu não aceitar que você me colonize, é eu me defender. O contracolonialismo é um modo de vida diferente do colonialismo. [...] É um modo de vida que ninguém tinha nomeado. Podemos falar do modo de vida indígena, do modo de vida quilombola, do modo de vida banto, do modo de vida iorubá. Seria simples dizer assim. Mas se dissermos assim, não enfraqueceremos o colonialismo. Trouxemos a palavra contracolonialismo para enfraquecer o colonialismo. Já que o referencial de um extremo é o outro, tomamos o próprio colonialismo. Criamos um antídoto: estamos tirando o veneno do colonialismo para transformá-lo em antídoto contra ele próprio (SANTOS, 2023, p. 41).

Nesse ínterim, os desejos, as lutas e as necessidades dos povos indígenas por uma Educação Escolar Indígena se firmam como demanda progressiva a partir dos avanços legais previstos na Constituição de 1988. Nesse sentido, a construção e a gestão democrática do PPPEI se configuram enquanto ações afirmativas de inclusão social, acompanhadas da assunção de responsabilidade no que diz respeito à aplicabilidade de políticas públicas que assegurem aos povos

indígenas seu direito a alteridade cultural e a uma educação específica diferenciada, contracolônia.

Daí a intencionalidade e relevância de refletir criticamente sobre a participação do povo na construção do PPPEI e na percepção dessa construção como instrumento e ação transformadora, da escola e do povo Xucuru-Kariri, revestida de relevância social, cultural, política e pedagógica. Pois, como reflete Paulo Freire (1996) “a educação não transforma o mundo. A educação muda pessoas. Pessoas transformam o mundo”.

Vivo, dinâmico, dialético e complexo, o PPPEI deve integrar, criar e se reinventar constantemente, de modo coletivo, democrático e colaborativo, se orientando na perspectiva do futuro ancestral (KRENAK, 2022), refletindo sobre seu presente e ressignificando suas práticas educacionais, como salientam Veiga e Fonseca (2001, p. 45) referindo-se ao Projeto Político Pedagógico - PPP como um “percorrer, palmilhar, abrir caminhos novos, andar em busca de novos rumos, de novas trilhas para a escola”.

Assim, torna-se fundamental a construção e o acompanhamento participativo da comunidade, para compreender, construir e integrar as

práticas de educação escolar Indígena, em uma rede viva, colaborativa e cooperativa, norteando ações presentes e futuras. Dessa forma, a comunidade, o educador e o educando passam a fazer parte de um único contexto educacional, onde todos aprendem e se constroem permanentemente (FREIRE, 1996).

Nesse sentido, o presente artigo, broto do processo de aprendizagens e ensinagens (ROCHA; LISBOA, 2022) no contexto da Licenciatura Intercultural em Educação Escolar Indígena - LICEEI, vinculada a Universidade do Estado da Bahia – UNEB, objetiva analisar o processo de construção do PPPEI do Povo Xucuru-Kariri da Bahia, visando compreender o diálogo entre o projeto comunitário de povo e a educação escolar indígena.

Em sintonia com o objetivo norteador e o entendimento que a construção do PPPEI com e pelo povo Xucuru-Kariri, torna contextualizada as próprias demandas, desafios e atravessamentos da comunidade, no processo de elaboração e sistematização desse artigo, organizamos os seguintes tópicos: Essas Notas Introdutórias onde realizamos uma breve exposição do tema e apresentamos o objetivo; 1. Caminhos Metodológicos abordando o desenho

metodológico utilizado para o desenvolvimento da pesquisa; 2. Tecituras e Travessias: história, educação e retomadas do povo Xucuru-Kariri contextualizando a educação escolar indígena e os atravessamentos sócio-históricos específicos; 3. O Projeto Político Pedagógico Escolar Indígena em que ressaltamos a importância do PPPEI, sua finalidade, estruturação e bases legais; 4. PPPEI do povo Xucuru-Kariri: Uma construção coletiva, espaço em que apresentamos análises sobre o processo de construção do PPPEI do Povo Xucuru-Kariri da Bahia; Considerações finais trazendo as sínteses e encaminhamentos, socializando nossas percepções elaboradas.

## 1. CAMINHOS METODOLÓGICOS

Através de abordagem qualitativa e objetivo exploratório, esse estudo propõe integração entre a pesquisa bibliográfica e documental.

Como intuito de analisar o processo de construção do PPPEI do Povo Xucuru-Kariri - Bahia, visando compreender o diálogo entre o projeto comunitário de povo e a educação escolar indígena, foi realizado levantamento bibliográfico e documental, buscando compreender as práticas pedagógicas dentro do contexto e

da realidade da comunidade escolar, assim como, a construção participativa do PPPEI.

Os dados construídos no desenvolvimento dessa pesquisa estão inseridos na construção do texto, com reflexões, críticas, anúncios, denúncias, registros fotográficos (Figuras 1 a 5), menções aos documentos orientadores legais e a história do espaço de aprendizagem, acompanhado de registros históricos do povo Xucuru-Kariri da Bahia. Nessa empreitada, buscamos identificar e analisar informações a partir da pesquisa bibliográfica e documental, nessa perspectiva, ressaltamos que o PPPEI do Colégio Estadual Indígena Xucuru-Kariri (2017, 2022), em processo de permanente construção, é fonte direta desse texto.

## 2. TECITURAS E TRAVESSIAS: HISTÓRIA, EDUCAÇÃO E RETOMADAS DO POVO XUCURU-KARIRI

Por isso que os nossos velhos dizem: "Você não pode se esquecer de onde você é e nem de onde você veio, porque assim você sabe quem você é e para onde você vai". Isso não é importante só para a pessoa do indivíduo, é importante para o coletivo, é importante para uma comunidade humana saber quem ela é, saber para onde ela está indo (KRENAK, 1999, p. 27).

Os povos originários que habitavam a região Nordeste no período da colonização portuguesa, foram atravessados por múltiplas violências, em

processos de genocídio, epistemicídio e subjetiçidío (LISBOA, 2022), foram expulsos de seus territórios ancestrais, mortos, escravizados, impedidos de praticarem seus costumes, suas línguas e tradições indígenas. Santos (1995) ao pontuar o conceito de epistemicídio, o coloca como um processo de destituição da civilização, racionalidade e cultura do Outro, expondo o genocídio e o epistemicídio como dois elementos que foram fundamentais e complementares a violência do processo colonial.

Lisboa (2022, p. 155) conceitua subjetiçidío como o conjunto de operações discursivas que, historicamente, negam e desagregam subjetividades, sua presença é compreendida em discursos que estigmatizam e oprimem subjetividades indígenas, negando a complexidade envolvida em séculos de contato intercultural e múltiplas violências - físicas, culturais, simbólicas.

Na vivência concreta desses processos, os povos indígenas do Nordeste, inseridos nesse cenário, os povos das etnias Xucuru e Kariri, desenvolveram estratégias de sobrevivência e resistência, migrando de seus territórios ancestrais para outras regiões. Atualmente, os Xucuru-Kariri se identificam com esse nome devido ao

convívio das duas etnias, Xucuru e Kariri, ambas presentes no nordeste brasileiro, nos estados da Bahia e de Alagoas.

Os aldeamentos indígenas, sobretudo os do Nordeste, agrupavam em um único espaço múltiplas nações, em Palmeira dos Índios, no estado de Alagoas, eram majoritárias os 'Xucurus' e 'Cariris'. A origem Cariri era atribuída a vários grupos sobreviventes que se misturaram aos Wakóna e Carapotó nessa região alagoana. Os remanescentes Wakóna ou Aconã da Serra da Cafurna, em Palmeira dos Índios, atribuíam-se já em 1938 o nome Shucuru-Kariri (DÓRIA, 2008).

Os povos Xucuru e Kariri são oriundos de Palmeiras dos Índios, município situado no estado de Alagoas (DÓRIA, 2008). De acordo com o Relatório de Identificação da Terra Indígena Xucuru-Kariri (FUNAI, 2006), de autoria da antropóloga Siglia Zambrotti Dória, a referência mais antiga aos indígenas Xucuru de Palmeira dos Índios encontra-se em documento, de posse do Arquivo Paroquial da Diocese de Palmeira dos Índios, intitulado "História da Palmeira", escrito pelo vigário José de Maia Mello, pároco local entre 1847 e 1899.

Segundo esse documento, os indígenas Xucuru teriam migrado da aldeia

de Simbres (atual município de Pesqueira), Pernambuco, em 1740, em função da grande seca ocorrida em todo o Nordeste. Já os Kariris teriam vindo posteriormente da aldeia do Colégio de São Francisco (atualmente município de Porto Real do Colégio), da etnia conhecida como Waconã (do rio São Francisco).

Ainda de acordo com o Relatório supracitado, diversos documentos históricos do final do século XVII até o início do século XIX, registraram ocorrências de conflitos fundiários entre indígenas e não indígenas pela posse da terra (FUNAI, 2006). Neves (2019) corrobora apontando que no período final do século XVIII, os Xucuru-Kariri e a população vizinha vivenciaram conflitos territoriais cada vez mais acirrados, os invasores queriam ocupar as terras habitadas pelos indígenas para expandir as produções agrícolas e pastoris, além de manter a ordem social colonial vigente.

Desse modo, devido as múltiplas violências, fugindo dos conflitos relacionados à invasão de seus territórios, os Kariri e Xucuru se dispersaram, e, como estratégia de resistência, os dois povos foram se aproximando, fortalecendo o parentesco e constituindo os Xucuru-Kariri, que migraram para Bahia, Minas

Gerais e alguns permaneceram no estado de Alagoas.

Nesse cenário, em meados dos anos de 1980, um conflito envolvendo as famílias Sátiro e Celestino, teve como consequência a retirada imediata pela FUNAI da família Sátiro, que foi transferida para Ibotirama (BA), na região do centro-oeste do estado da Bahia (MARTINS, 1994). Em Ibotirama, os membros Xucuru-Kariri enfrentaram muitos obstáculos, especialmente relacionados a conflitos e aos problemas com enchentes.

De acordo com a pesquisa de Martins (1994), os membros Xucuru-Kariri não ficaram em Ibotirama por três motivos: porque não havia sido uma área que o "grupo" escolheu – estavam insatisfeitos em relação a distância do centro urbano; devido aos conflitos entre fazendeiros que disputavam terras dentro da área adquirida pela FUNAI; e, as constantes ameaças de enchentes ocasionadas pela instabilidade do rio São Francisco.

Assim, inicialmente reassentados pela FUNAI em Ibotirama (BA), os Xucuru-Kariri foram novamente transferidos, agora, para Fazenda Pedrosa, situada no município de Nova Glória (BA). No novo território, as famílias e os parentes

fortaleceram os vínculos com a memória ancestral, com as referências identitárias e com os valores e costumes tradicionais, em um processo multidimensional de retomadas. É importante salientar, que os Xucuru-Kariri durante todo dilema vivenciado, construíram alianças e elaboraram ativamente estratégias de resistência.

**Figura 1:** Nossos Mistérios Sagrados, Segredos Encantados



**Fonte:** Acervo de Antônio Xucuru

Nessa travessia, o projeto de educação escolar indígena do povo Xucuru-Kariri demarca espaço de luta e empoderamento, concebendo a (re) organização política do movimento indígena, permitindo a reelaboração e (re) afirmação das identidades, a reorganização social e a valorização dos conhecimentos tradicionais (LISBOA, 2022).

Impregnada de sentido, ancestralidade e propósitos coletivos, a educação escolar do povo indígena Xucuru-Kariri,

desenvolve os processos de transmissão e produção dos conhecimentos não-indígenas e indígenas por meio da escola, se articulando com o projeto de povo através da preservação dos valores tradicionais, fortalecimento da cultura e reafirmação da identidade étnica. Nessa conjuntura, as relações sociais são mediadas pela oralidade das grandes bibliotecas vivas, que realizam o trabalho de preservação e difusão da cultura, transmitindo saberes, modos de ser e de (re) existir para as gerações mais jovens (LISBOA, 2022).

Com suporte do PPPEI (2017, 2022) do povo Xucuru-Kariri, socializaremos a seguir sistematização acerca da história, da luta e consolidação da implantação da Escola Municipal Indígena do povo Xucuru-Kariri, que mais tarde se consolidou Colégio Estadual Indígena Xucuru-Kariri.

O PPPEI (2017) aponta que quando o povo Xucuru-Kariri chegou ao Município de Glória, no estado da Bahia, não foram bem recebidos, pelo contrário, permaneceram isolados por um tempo significativo. Com o passar dos anos, o então cacique organizou reuniões com os mais velhos e as lideranças para pensarem coletivamente sobre a educação do povo Xucuru-Kariri. Nessa conjuntura, existiam muitas



crianças e jovens sem acesso ao processo de escolarização.

Desse movimento, surgiu a ideia de organizar e viabilizar meios para inserir os estudantes indígenas na escola regular do povoado Quixaba, situado no município de Glória – BA; a escola era a mais próxima do Território Xucuru-Kariri. O projeto foi efetivado, porém, os estudantes indígenas não foram incluídos no processo de escolarização e apresentavam constantemente relatos de violências, racismo, exclusão e segregação no contexto escolar.

Compreendendo que as “novas formas” devem ser pensadas em um contexto de luta, de correlações de força – às vezes favoráveis, às vezes desfavoráveis, terão que nascer no próprio “chão da escola” [...] não poderão ser inventadas por alguém, longe da escola e da luta da escola” (FREITAS, 1991, p. 23), os líderes e anciãos se reuniram, refletiram e decidiram implantar um espaço de aprendizagem específico do povo Xucuru-Kariri. Com esse projeto, dialogaram com o gestor da Secretaria de Educação do município de Glória – BA, solicitando apoio institucional.

A partir desse diálogo, iniciou-se a luta e militância para implantar a Educação de Jovens e Adultos - EJA e o ensino infantil para a chamada Escola Municipal Indígena Xucuru-Kariri, militância que

perdurou tempo expressivo, justificado pela resistência apresentada pelos gestores municipais, que não queriam “assumir a responsabilidade com os indígenas”, alegando que a responsabilidade era da Fundação Nacional do Índio – FUNAI (PPPEI, 2017).

Com militância resistente, depois de muita persistência e luta, a criação da Escola Municipal Indígena Xucuru-Kariri foi concretizada através da assunção do Município de Glória – BA, se consolidando como espaço importante na luta, resistência, empoderamento e garantia dos direitos dos povos indígenas por uma Educação Indígena diferenciada, intercultural e contracolônial.

Com currículo diferenciado, construído de forma coletiva, flexível e participativa, alicerçado nas tradições, culturas, saberes, crenças e memórias do povo, a Educação Escolar Indígena Xucuru-Kariri da Bahia foi construída e reconstruída continuamente, contribuindo para o fortalecimento da identidade étnico-cultural e interesses etnopolíticos da comunidade em relação aos seus projetos de sociedade e de escola, definidos no seu PPPEI.

De acordo com o PPPEI (2022), com a inserção do ensino médio a escola passou a ser reconhecida como Colégio Estadual Indígena Xucuru-Kariri, inserindo o Estado nessa responsabilidade e estruturando o ensino em sintonia com a Lei de Diretrizes e Bases da

Educação Nacional (BRASIL, 1996), que concebe a integração da educação básica nas três etapas: a educação infantil, ensino fundamental e ensino médio na modalidade EJA - de maneira contínua e articulada, e o Ensino Médio Regular.

**Figura 2:** Antes e depois do Colégio do Povo Xucuru-Kariri



**Fonte:** Acervo de Antônio Xucuru

Contribuindo com o fortalecimento da identidade indígena e o sentimento de pertencimento étnico, o Colégio Estadual Indígena Xucuru-Kariri integra em seu currículo diferencial e intercultural, conhecimentos das experiências histórico-culturais, como o uso das plantas medicinais, o ritual do Toré, a prática e legitimação da oralidade, as pinturas corporais, as crenças, as lendas, o artesanato, a relação com a terra, as matas, o rio, os animais e tudo que envolve o sagrado da cultura do Povo Xucuru-Kariri (PPPEI, 2017).

Krenak (2020) aponta que a única forma de adiar o fim do mundo é contando uma nova história e reafirmando a singularidade, ancestralidade e as raízes étnicas de cada povo. Nesse cenário, a educação

escolar indígena intercultural crítica é fundamental no processo de reflexão, problematização e conscientização sobre a conjuntura social e política contemporânea. Em síntese, a educação escolar indígena dos Xucuru-Kariri se afirma enquanto espaço de práticas sociais e pedagógicas específicas, calcadas nos princípios da especificidade, interculturalidade, bilinguismo, diversidade, valorização da cultura indígena e afirmação da identidade étnica, reiterando seu papel sócio-político.

### **3. O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO ESCOLAR INDÍGENA**

Projetar é um exercício de idealização, de possibilitação do sonho, da utopia, da esperança na transformação positiva das realidades. O projeto político pedagógico escolar indígena é uma sistematização intencional de estratégias específicas, diferenciadas e inovadoras, para se assegurar ensino de qualidade, que respeite e reflita o contexto social e os espaços de aprendizagens, ou seja, envolve o pensar, o planejar e o contemplar os projetos de vida e de povo, conforme suas realidades, desejos e demandas.

Na ação educativa, como em qualquer ação humana consciente, desalienada, a dimensão política expressa-se, em primeira instância, nas respostas que damos às questões relativas ao conhecimento (como

ele ocorre, quem o produz, a quem pertence, para que serve, como se desenvolve, é direito de quem...); estas respostas expressam uma compreensão ou leitura da realidade em suas “múltiplas relações” e processos determinantes. A concepção de realidade carrega uma visão de sociedade (determinada, funcionalista ou passível de transformação) o que supõe, por sua vez, um entendimento sobre a natureza, a ação e as relações do homem no mundo. Tais concepções produzem explicações sobre o modo como os homens aprendem (teorias da aprendizagem), e esses conceitos explicam o que é e como deve ser organizado o ensino (metodologias, técnicas ou estratégias didáticas). Todos esses elementos, articulados ao compromisso e a intencionalidade política, definem os princípios orientadores da ação escolar, atingindo a prática pedagógica em todas as suas instâncias, como um fio condutor que confere unidade ao projeto (SANTIAGO, 2002, p.166).

Essa é filosofia educacional do povo Xucuru-Kariri, tratando de suas especificidades, de seus valores tradicionais e culturais, a partir de uma epistemologia pedagógica específica e diferenciada, respeitando a sociedade envolvente, seus diferentes contextos sociais e empoderando o povo com conhecimento reflexivo, crítico, contextualizado e contracolonizado.

Nesse sentido, compreendemos a relevância da construção do PPPEI dentro dos espaços socioeducativos e com a participação ampla e ativa de toda a comunidade de aprendizagens (escola, famílias, lideranças, sábios, anciões, etc.), que direta ou indiretamente estão envolvidos com o processo educativo. O PPPEI é o um

dos instrumentos fundamentais para a melhoria da qualidade no ensino.

O PPPEI pressupõe uma ação intencional, um compromisso coletivo, sendo necessariamente político, pelo fato de ter como função basilar a formação de cidadãos responsáveis, críticos e compromissados com a transformação social. "A dimensão política se cumpre na medida em que ela se realiza enquanto prática especificamente pedagógica" (SAVIANI, 1983, p. 93). Essa prática pedagógica aponta para o pleno exercício da cidadania indígena, de direito e de fato.

**Figura 3:** Atividades Pedagógicas desenvolvidas no Colégio do Povo Xucuru-Kariri



**Fonte:** Acervo de Antônio Sátiro

A imagem acima (Fig. 3) é bastante sugestiva e um exemplo claro do que estamos apontando. Refere-se a uma atividade demandada pelos pais e pelos mais velhos, em consonância com os professores do povo Xucuru-Kariri. A atividade foi intitulada “Leituras de Mundo na Escola” (inspiração freireana). Nesta

atividade, a partir do diagnóstico de uma demanda real, todos os indígenas se manifestaram solicitando da FUNAI - Fundação Nacional do Índio, uma biblioteca para o espaço de aprendizagem do povo.

A militância efetiva obteve sucesso e o povo Xucuru-Kariri conquistou sua biblioteca. A partir de então, motivados pelo projeto, tornou-se constante professores realizarem oficinas e outras intervenções formativas de leituras de mundo na escola, para ensinar e incentivar os aprendizes a tomar gosto pela leitura e pela escrita.

Desse modo, o PPPEI diferenciado e contextualizado etnicamente, deve estar alicerçado nas tradições, culturas, crenças, memórias e ancestralidade do povo, ou seja, deve estar intrinsecamente interligado aos seus saberes historicamente elaborados, contribuindo para o fortalecimento de sua identidade étnico-cultural.

Pensar num currículo dessa grandeza demanda a colaboração de todos os setores da comunidade, principalmente dos anciãos, que são reconhecidos como guardiões detentores dos conhecimentos milenares. O saber tradicional da comunidade deve constituir a essência do

fazer pedagógico, do PPPEI e do currículo diferenciado, construído de forma coletiva e que possui dinamicidade própria, ou seja, deve ser concebido de maneira flexível, participativa, comunitária e democrática.

O PPPEI é um processo permanente de construção, desconstrução e reconstrução, de contínua reflexão e discussão da escola e dos sujeitos que integram a comunidade escolar. Nessa perspectiva, faz-se fundamental a vivência democrática entre todos os membros da comunidade escolar; para tal, a escola precisa receber assistência técnica, operacional, estrutural e financeira das instâncias superiores de educação como coparticipantes da organização dos sistemas/redes de ensino.

A escola não busca mais ter um poder centralizador, pelo contrário, no contexto indígena a escola luta para que este poder seja descentralizado, para que seja democrática, autônoma e de qualidade. Assim, os princípios do PPP estão fundados nos princípios de uma escola pública, gratuita e democrática: a igualdade, equidade, qualidade, gestão democrática, liberdade e valorização do magistério indígena.

Nesse sentido, a LDB (1996) regulamenta e orienta que é a partir da

gestão democrática e da participação ativa dos membros que integram a comunidade escolar que os PPPs sejam construídos:

Artigo 12 - Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de: elaborar e executar sua proposta pedagógica.

Artigo 13 - Os docentes incumbir-se-ão de: participar da elaboração da proposta pedagógica; elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino.

Artigo 14 . Os sistemas de ensino definirão as normas de gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Condições reforçadas no Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (1998) e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para as Escolas Indígenas (2012), apresentando processos políticos, históricos, legais e antropológicos de uma proposta de educação escolar indígena entendida como "projeto de futuro e de escola que queremos", conforme reivindicam as comunidades indígenas e algumas de suas organizações e movimentos.

Seus destinatários principais são aqueles agentes que atuam nos sistemas de ensino estaduais e municipais e demais órgãos afins e que, só muito recentemente,

se viram ligados à execução da política educacional formulada para as escolas indígenas (BRASIL, 1998). Afinal, embora os marcos legais assegurem há certo tempo o direito a educação específica e diferenciada, na prática, a efetivação desse direito ainda está em curso e resulta de muita luta e mobilização.

#### **4. PPPEI DO POVO XUCURU-KARIRI: UMA CONSTRUÇÃO COLETIVA**

O projeto político-pedagógico das escolas indígenas deve ser construído de forma autônoma e coletiva, valorizando os saberes, a oralidade e a história de cada povo em diálogo com os demais saberes produzidos por outras sociedades humanas. Deve, com isso, integrar os projetos societários etnopolíticos das comunidades indígenas contemplando a gestão territorial e ambiental das Terras Indígenas e a sustentabilidade das comunidades (BRASIL, 2012, p. 22).

Em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena (BRASIL, 2012) e o Referencial Curricular Nacional para a Educação Escolar Indígena (BRASIL, 1998), o PPPEI do Colégio Estadual Indígena Xucuru-Kariri apresenta perspectiva dialógica e colaborativa, relacionado ao modo de viver e conviver do povo Xucuru-Kariri e ancorado nos princípios de uma educação

escolar intercultural, específica, diferenciada e inclusiva.

índigenas em relação à educação escolar (BRASIL, 2012, p. 22).

**Figura 4:** Oficina de construção de arco e flecha no Colégio Estadual Indígena Xucuru-Kariri



**Fonte:** Acervo de Antonio Xucuru

O PPPEI do Colégio Estadual Indígena do povo Xucuru-Kariri apresenta-se como espaço de valorização dos saberes ancestrais e de diálogo com outras culturas e conhecimentos, contemplando as aspirações políticas da comunidade e assegurando o lugar construtivo, coletivo e democrático, para fortalecimento da cultura e do parentesco. Além disso, define a natureza e o papel socioeducativo, cultural, político e ambiental da escola, bem como sua organização e gestão curricular (PPPEI, 2017).

O projeto político-pedagógico, expressão da autonomia e da identidade escolar, é uma referência importante na garantia do direito a uma educação escolar diferenciada, devendo apresentar os princípios e objetivos da Educação Escolar Indígena de acordo com as diretrizes curriculares instituídas nacional e localmente, bem como as aspirações das comunidades

Entendido como a própria organização do trabalho pedagógico nos espaços de aprendizagens, o PPPEI (2022) do Colégio Estadual Indígena Xucuru-Kariri fundamenta em sua construção os princípios de igualdade, qualidade, liberdade, gestão democrática e valorização dos saberes, da cultura, da oralidade, da história e do projeto político de povo.

As concepções da gestão democrática ampliam a construção do conhecimento dentro de um processo crítico que valoriza a autonomia, a criatividade e o exercício pleno da cidadania. Esse processo torna-se operacionalmente possível quando possui um enfoque interdisciplinar e contextualizado, favorecendo a aprendizagem das áreas, dos conteúdos curriculares e das possibilidades nos vários campos do conhecimento (PPPEI, 2017).

Nessa perspectiva, a partir do conceito de gestão como administração e organização, o PPPEI (2022, 2017) do Colégio do povo Xucuru-Kariri sinaliza que não é possível construir um Projeto Político Pedagógico coletivo sem a efetivação de uma gestão democrática, ao contrário, é

pela gestão democrática que se constrói um projeto participativo.

O PPPEI atualizado do povo Xucuru-Kariri (2022) reitera o documento anterior elaborado coletivamente (PPPEI, 2017), destacando a educação escolar indígena como espaço de construção de relações interétnicas orientadas para a manutenção da pluralidade cultural, reconhecimento de diferentes concepções pedagógicas e afirmação dos povos indígenas como sujeitos de direitos.

O PPPEI (2022) define enquanto princípios orientadores do Colégio Indígena Xucuru-Kariri: I - a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas línguas e ciências; e, II - o acesso às informações, conhecimentos técnicos, científicos e culturais da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não indígenas.

**Figura 5:** Ação pedagógica do Povo Xucuru-Kariri



**Fonte** – Acervo de Antonio Xucuru

Idealizado por muitas cabeças e (re) construído por muitas mãos, o PPPEI (2022, 2017) do Colégio Estadual Indígena Xucuru-Kariri é atravessado por práticas sociais, coletivas e cooperativas, que apontam em sua missão, concepções e princípios norteadores estruturados na luta, na resistência e na percepção que o chão da escola é um dos principais espaços de comunicação e organização dos processos de retomadas, visando a garantia dos direitos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os desejos e as necessidades dos povos originários por uma Educação Escolar Indígena identificada e territorializada, alicerçada em sua própria cultura e tradição, florescem dos múltiplos reavivamentos e retomadas (materiais e simbólicas) empreendidos pelo movimento indígena na contemporaneidade.

Se firmam como demanda progressiva a partir dos avanços legais previstos na Constituição Federal de 1988, e estão ratificados em diversos marcos legais posteriores, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996), com o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (1998), com as

Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena (2012).

No entanto, enquanto ação afirmativa, a questão da Educação Escolar Indígena segue acompanhada de progressos e retrocessos, de assunção de responsabilidades e também de omissões institucionais no que diz respeito à existência e aplicabilidade de políticas públicas que assegurem aos povos indígenas seu direito a alteridade cultural e a uma educação específica e diferenciada.

Os espaços de formação intercultural indígena de nível superior têm produzido reverberações nas discussões internas das organizações e associações indígenas, nas organizações não governamentais parceiras dos povos indígenas, nos sistemas estadual e nacional de ensino (Secretarias e Ministério da Educação). De modo orgânico, os ambientes acadêmicos, nesse caso em particular, a Universidade do Estado da Bahia apresenta significativa contribuição com o debate e com ações que fortalecem luta em prol dessa pauta comum.

A implantação das Licenciaturas Interculturais Indígenas, notabilizada pela dialogicidade e pelas aproximações significativas entre os saberes acadêmicos e os saberes tradicionais (ROCHA; LISBOA,

2016, p. 13), não obstante reconhecidas adversidades administrativas e financeiras, é um exemplo inequívoco do quanto a formação intercultural empodera seus sujeitos e repercute em favor das comunidades indígenas. Em alinhamento com Paz (2013, p. 229):

Estes espaços possibilitam a tomada de consciência do estudante indígena, sobre os problemas que decorrem do contato com a sociedade nacional, com a qual cada povo interage com maior ou menor intensidade e sobre sua responsabilidade individual para com a comunidade da qual faz parte e em relação aos povos indígenas em geral, o que implica em compreensão da hibridização ocorrida no contato com outras formas de pensamento, a exemplo das normas e tempos da academia.

A retomada do Projeto Político Pedagógico da Escola Indígena Aldeia Xucuru, bem como de outras etnias indígenas da Bahia, é reverberação dos atravessamentos oportunizados pelo projeto de Licenciaturas Interculturais Indígenas da UNEB, a partir do envolvimento (SANTOS, 2023) de toda a comunidade nos moldes próprios da tradição indígena, de fazer junto e compartilhado, na mudança das mentalidades e do *modus operandi*.

É um recado claro de não submissão passiva às tentativas de colonização das mentes e subalternização dos povos. Assim, como uma via de mão dupla, o



PPPEI se apresenta como um papel – no sentido documental, institucional, legal, e se implica na assunção ativa de papéis – na perspectiva da participação e do engajamento de toda comunidade escolar, interna e externa, ao passo que também se afirma como ato de (re)existência. Entre leituras, reflexões e análises, percebemos que o PPPEI do povo Xururu-Kariri corresponde as orientações legais, concebendo em seu eixo nucleador a contextualização dos costumes, tradições e saberes ancestrais, desdobrando-se na (relativa) autonomia oferecida, de sua

capacidade em delinear sua identidade, (re)significar seus tempos e espaços como territórios públicos e políticos, como lugar de debates, empoderamentos e de diálogos, fundados a partir da ação – reflexão – ação, enquanto premissa do fazer-ser pedagógico diferenciado, intercultural e específico.

O projeto de educação é sobretudo um projeto de povo. Enquanto desejo, se espera que o povo Xucuru-Kariri da Bahia, em sua marca aguerrida, perceba este trabalho como um incentivo e fortalecimento para a continuidade de muitas retomadas.

---

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Indígena na Educação Básica**. Brasília: Imprensa Oficial, 2012.

\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: Imprensa Oficial, 1996.

\_\_\_\_\_. **Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas**. Brasília: Imprensa Oficial, 1998.

COLÉGIO ESTADUAL ÍNDIGENA XUCURU-KARIRI. **Projeto Político Pedagógico Escolar Indígena**. Aldeia Xucuru-Kariri, 2022.

\_\_\_\_\_. **Projeto Político Pedagógico Escolar Indígena**. Aldeia Xucuru-Kariri, 2017.

DÓRIA, Siglia Zambrotti. **Resumo do relatório de identificação e delimitação da Terra Indígena Xucuru-Kariri**. Diário Oficial da União, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários a prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREITAS, Luiz Carlos de. **Organização do trabalho pedagógico**. Palestra proferida no VII Seminário Internacional de Alfabetização e Educação. Novo Hamburgo, 1991.

FUNAI. **Relatório da Terra Indígena Xucuru-Kariri: Processo nº 015/89. Portaria nº 1.121, 2006**.

- KRENAK, Ailton. **Futuro ancestral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022
- \_\_\_\_\_. **Idéias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.
- \_\_\_\_\_. O eterno retorno do encontro. In:\_. NOVAES, Adauto. **A outra margem do ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- LISBOA, Aissa Cavalcante. **Modos de Subjetivação e Aprendizagens Indígenas na EJA**: Narrativas de formação no contexto da Educação Escolar Indígena Tupinambá. (Dissertação de Mestrado) – Universidade do Estado da Bahia, 2022.
- MARTINS, Sílvia Aguiar Carneiro. **Os Caminhos da Aldeia...** Índios Xucuru-Kariri em Diferentes Contextos Situacionais. (Dissertação de Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, 1994.
- NEVES, Mary Hellen Lima das. **Os índios Xucuru-Kariri na Mata da Cafurna em Palmeira dos Índios**: relações socioambientais no semiárido alagoano. (Dissertação de Mestrado) – Universidade Federal de Alagoas, 2019.
- PAZ, Ana América Ávila. **Indianizar para descolonizar a Universidade**: Itinerâncias políticas, éticas e epistemológicas com os estudantes indígenas da universidade de Brasília. (Tese de Doutorado) – Universidade de Brasília, Distrito Federal, 2013.
- ROCHA, Paulo Alfredo Martins; LISBOA, Aissa Cavalcante. **Ensinagens e Aprendizagens Significativas**: Metodologias Ativas e a Mediação por Projetos. Curitiba: Editora CRV, 2022.
- \_\_\_\_\_. Muito mais a aprender com os índios que pretensamente lhes ensinar: Lições Político-pedagógicas vivenciadas com Professores Indígenas da Bahia, Brasil. **Opará: Etnicidades, Movimentos Sociais e Educação**, Paulo Afonso, v. 4, n. 5, p. 11-34, jan./jun. 2016.
- SANTIAGO, Ana Rosa Fontella. Projeto Político pedagógico da escola: desafio à organização dos educadores. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.) **Projeto político-pedagógico da escola**: uma construção possível. 15.ed. Campinas: Papyrus Editora, 2002.
- SANTOS, Antônio Bispo dos. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora, 2023.
- SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. São Paulo; Editora Cortez. 2010.
- \_\_\_\_\_. **Pela Mão de Alice**. São Paulo: Cortez Editora, 1995.
- SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**: Teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política. São Paulo, Cortez e Autores Associados, 1983.
- SILVA, Maria Abádia. Do Projeto político do Banco Mundial ao Projeto Político-pedagógico da escola pública brasileira. **Cad. Cedes**, Campinas, v.3, n. 61, p.283-301, dezembro, 2003.
- VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org). **Projeto político-pedagógico da escola**: uma construção possível. 14 a edição Papyrus, 2002.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro; FONSECA, Marília (Orgs.). **As dimensões do projeto político-pedagógico: novos desafios para a escola.** Campinas, SP: Papyrus, 2001.